

SOCIALISMO E RENOVAÇÃO

CARLOS NELSON COUTINHO

NR — Muito antes de se ouvir falar em Gorbatchov, você já fazia parte de um grupo do PCB, na década de 70, que propunha reformas radicais nos PCs e nos países socialistas. Como você encara o socialismo hoje, depois de tudo o que aconteceu?

CNC — Não era difícil para pessoas empenhadas em compreender o que ocorria no mundo socialista, dar-se conta de que a crise do socialismo era algo bastante grave. Esta crise se arrasta desde os anos 30 ou, mais particularmente, desde o final dos anos 20, quando Stálin conquistou o poder no interior do Partido e empreendeu o que ele mesmo chamou de “revolução pelo alto” (a “terceira revolução”), uma tentativa de impor através do Estado e da coerção, reformas profundas nas estruturas da URSS — como a coletivização forçada e a industrialização acelerada —, que, indiscutivelmente, levaram à construção de um sistema político autoritário, com traços de totalitarismo.

De lá para cá, houve algumas tentativas de revisão deste modelo stalinista, consolidado nos anos 30 e 40. Foi o caso de Krushev e seu relatório secreto. Sua tentativa de introduzir reformas — não diria democratizantes, pois faltou um apelo efetivo à participação da sociedade civil — que modificassem esta estrutura autoritária foi extremamente limitada. Com sua queda e a subida ao poder de Brejnev, estabeleceu-se uma estagnação burocrática que durou 20 anos, consolidando nos países do Leste europeu e na URSS um sistema social que mantinha alguns elementos do socialismo (como, por exemplo, a propriedade estatal dos meios de produção, embora possamos discutir até que ponto é válido associar socialismo com propriedade estatal), mas que não cumpria outros requisitos básicos da proposta socialista, como uma democratização profunda da sociedade.

Não era difícil, nos anos 70, perceber que aquele tipo de socialismo estava em crise. Em alguns PCs, com destaque para o PCI, já se tinha chamado a atenção para o fato de que era preciso reformar este modelo, e, mais do que isto, era preciso que o movimento socialista mundial se desinculasse das propostas que vinham de Moscou.

Isto não foi compreendido pela direção do PCB. No entanto, algumas das propostas do grupo renovador tiveram eco dentro do PCB, apesar do “brejnevismo” reinante, e plantaram raízes.

Assim, foi com muita alegria que acompanhei o processo de renovação do mundo socialista, iniciado com a ascensão de Gorbatchov.

Recordo que, em 1979, causou certo mau estar no PCB o título que dei a um artigo meu (“A democracia como valor universal”) aliás, um título inspirado numa frase de Enrico Berlinguer, então secretário-geral do PCI, proferida

por ocasião da comemoração do septuagésimo aniversário da Revolução Bolchevique, quando ele disse que “A democracia era um valor histórico-universal”. Após ter publicado este polêmico artigo, pude ouvir de Gorbatchov, em 1985, uma frase similar: “A democracia é um valor em si”. Que grande aliado!

O segundo movimento, desencadeado pela ‘perestróika’, e que me parece extremamente importante, foi a restauração do poder de atração dos valores socialistas no mundo.

A partir da renovação empreendida por Gorbatchov, abriu-se a perspectiva do PCUS reaver uma posição de interlocutor no debate da esquerda mundial. Não se trata de resgatar para a URSS um papel de país-guia, nem isto passa pela cabeça de Gorbatchov, mas sim de recolocá-lo no âmbito de um debate que hoje extrapola em muito o chamado “movimento comunista internacional”.

O segundo movimento, desencadeado pela ‘perestróika’, e que me parece extremamente importante, foi a restauração do poder de atração dos valores socialistas no mundo. Ao contrário do que pensava, por exemplo a politologia norte-americana, os regimes do Leste europeu revelaram uma capacidade de renovação bastante significativa. Ou seja: foi possível na maioria deles, combinar processos “pelo alto” com pressões provenientes de baixo, encaminhando-se uma transição do autoritarismo para a democracia, na qual as forças socialistas tiveram um papel importante. Evidentemente,

Nesta entrevista — concedida em 25/01/90 a Hamilton Garcia e Flávio Edler — Carlos Nelson Coutinho discorre sobre a crise do socialismo e sua renovação, além de discutir questões importantes que envolvem a esquerda no Brasil. Coutinho é membro do Departamento de Relações Exteriores do PT, ex-militante do PCB e um dos principais intelectuais marxistas do país. É autor de várias obras como *Literatura e Humanismo, Estruturalismo e a Miséria da Razão, Democracia como Valor Universal, Dualidade de Poderes, e Gramsci.*

isto varia de país para país. No caso da Romênia, por exemplo, tudo indica que as possibilidades de influência do velho PC sobre o processo vão ser extremamente limitadas. Já na RDA, na Tchecoslováquia, na Hungria e, sobretudo, na Búlgaria, ocorre uma participação desses partidos, que prosseguem se renovando.

Finalmente, creio que se abriu com esta experiência a possibilidade concreta de combinar valores socialistas com valores democráticos. Essa renovação é um enorme estímulo para repensar a questão socialista no mundo, sua relação com a democracia e, a partir disto, reconstruir a relação entre o mundo socialista e as outras forças da esquerda mundial.

NR — Mas, ao que parece, na URSS a participação popular é algo que problematiza a vida gorbatchoviana. Zdeneck Milinar, em artigos produzidos pela revista *presença*, observa que a 'perestroika', em seu início, era um processo "pelo alto" monitorado pelo grupo de Gorbachov, na qual as interferências externas teriam, pelo menos àquela altura, uma importância insignificante. Com a extensão da renovação para a Europa do Leste, a participação popular na URSS parece ter crescido também, o que complica a equação da crise para Moscou. Como você vê isto?

CNC — Eu não diria que o processo na URSS tenha sido, desde o início, um processo "pelo alto". No livro *Perestroika*, Gorbachov insiste em mostrar que a especificidade da revolução que ele está promovendo é o fato de que ela combina pressões de baixo com reformas pelo alto.

A pressão da sociedade civil soviética nem sempre tem se manifestado de maneira tão explícita quanto, por exemplo, em alguns países do Leste europeu. Mas ela teve também um papel decisivo nos acontecimentos políticos de lá, e continua a ter.

Gorbachov foi sensível o suficiente para perceber que as reformas precisavam absorver as pressões que vinham de baixo.

Trotsky nos disse algo muito importante, quando falou da necessidade de uma revolução política na URSS para a superação do stalinismo, embora por "revolução" entendesse um processo concentrado num curto espaço de tempo que implicava a tomada violenta do poder. Apesar disto, o diagnóstico feito por Trotsky nos anos 30 revelou-se verdadeiro. O que está em curso na URSS, desde 1985, é uma revolução política que se expressa através de um conjunto de reformas-revolucionárias, que visam mudar substantivamente a sociedade soviética. Uma revolução deste tipo implica, necessariamente, uma forte participação da sociedade civil; e isto está ocorrendo, apesar de todas as limitações.

Uma delas, é que não é possível conceber uma democracia sem pluralidade partidária. O grau de amadurecimento da sociedade civil soviética, o grau de complexificação de interesses e de diversificação de propostas, não se expressará plenamente a não ser com o pluripartidarismo com direito a tendências. A manutenção do monopólio da representação partidária pelo PCUS, é um forte limite para a continuidade do processo renovador. No restante da Europa do Leste, isto ficou patente; e lá o pluripartidarismo é hoje uma realidade. As posições mais recentes de Gorbachov, indicam que ele está disposto a empreender também esse caminho.

NR — O que no marxismo ainda é passível de renovação, e o que está morto?

CNC — Lukács dizia que "a ortodoxia no marxismo é uma questão de método"; se você aceita o método independentemente de concordar ou não com afirmações concretas de Marx e Engels, você é marxista. E a verdade, é que o método marxista está extremamente vivo.

Muito esquematicamente, eu diria que o método marxista se baseia na categoria da totalidade. Ou seja: é impossível compreender o social sem que trabalhem com a categoria da totalidade, pois a lógica do social é a lógica da articulação dinâmica de suas várias esferas. Esta visão está presente na melhor ciência social contemporânea, e nós devemos defendê-la com determinação.

Um segundo conceito marxista que continua válido para pensar o mundo moderno é o de luta de classe. Porém, esta luta assume formas históricas extremamente diferenciadas; talvez a chave da necessária renovação do marxismo passe pela renovação deste conceito. Marx dizia no *Manifesto Comunista*, que a luta entre operariado e burguesia era uma guerra civil oculta, que em dado momento explodiria, manifestando-se violentamente; a luta de classe era uma guerra de classe. Essa luta, no entanto, assumiu formas extremamente diferenciadas no mundo contemporâneo, e nós devemos estar atentos para essa diferenciação.

É impossível entender o Welfare-State, por exemplo, sem concebê-lo como uma conquista da luta de classe, travada em termos diferentes do imaginado no passado. A luta de classe não visa apenas à conquista do poder de Estado, mas também é algo que se trava em seu próprio interior. Um Estado moderno, "ampliado" — tal como Gramsci o definiu —, implica não só os aparelhos de coerção, mas todo o conjunto de aparelhos de hegemonia, que fazem deste Estado um terreno da luta de classe. Assim, contraria-se radicalmente algumas formulações de Marx, Engels e Lênin.

Um terceiro conceito marxista do qual não se deve abrir mão é o de revolução: a idéia de que as formações econômico-sociais se transformam, que existem nelas uma contradição interna que aponta para a sua superação. Mas hoje é só entender "revolução" como um processo de transformações substantivas das estruturas econômicas, sociais e políticas, que pode se dar através de reformas, dependendo do momento histórico e do contexto nacional.

Finalmente, é atualíssima a idéia presente no *Manifesto* de que "o livre desenvolvimento de cada um deve ser a condição para o livre desenvolvimento de todos". Ou seja: é atualíssima a defesa de uma ordem onde, ao mesmo tempo, existam liberdade e igualdade. O socialismo é isto.

Com estas e outras idéias, Marx se tornou o pensador socialista que mais colaborou para dar consistência aos anseios de liberdade, igualdade e justiça social. Porém, penso que constituir partidos políticos fundamentados exclusivamente na ideologia marxista é hoje um equívoco. Por causa disto, os PCs sofreram sérias limitações em sua influência, em especial quando esta ideologia assumiu a forma "marxista-leninista" (hábil codinome do stalinismo), ocasionando um brutal empobrecimento da teoria e da prática política. Ninguém deve entrar num partido porque adere a uma doutrina, mas sim porque concorda com o seu programa político.

Tampouco, é possível construir hoje um partido socialista, sem que esse patrimônio categorial marxista seja resgatado na formulação do seu programa. Historicamente tornou-se impossível ignorar Marx e Engels e, com as necessárias ressalvas, Lênin, Trotsky, Rosa, Gramsci e tantos outros.

NR — *Em que medida o socialismo ainda pode ser considerado um divisor de águas, já que tanto na política quanto na economia a palavra de ordem é “liberalizante”?*

CNC — Vivemos hoje uma forte ofensiva do liberalismo. Ela surge não só do indiscutível fracasso do chamado “socialismo realmente existente”, como também das dificuldades da social-democracia no mundo ocidental. Isto permitiu uma grande ofensiva ideológica do liberalismo, com a reposição de algumas questões bastante antigas, como a do mercado como principal fator regulador da interação social e gerador de uma situação de maior justiça social, o que indiscutivelmente, não é verdade. A história demonstrou que o mercado, por si mesmo, é produtor de desigualdades e injustiças.

A nossa incapacidade de dar uma resposta nova e adequada a esta ofensiva, através da construção de um projeto socialista democrático, tem sido um dos fatores que permitem hoje a existência de uma relativa hegemonia do liberalismo no mundo.

Por isso mesmo, todas as razões existem para que continuemos a distinguir uma proposta liberal de uma proposta socialista moderna.

NR — *Portanto, ainda existe direita e esquerda.*

CNC — Claro! Quem costuma dizer que esta distinção acabou são pessoas de direita, o que é extremamente sugestivo.

No entanto, temos que ter sensibilidade para distinguir posições no interior da esquerda e da direita. Nem toda a direita é igual, nem toda a esquerda é igual. Eventualmente, acordos entre uma esquerda democrática e uma direita democrática, em torno de objetivos bem determinados, não deve ser visto com surpresa. As distinções devem ser qualificadas em cada caso concreto.

O que caracteriza o socialismo hoje, é a idéia de que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado, de que não é possível uma sociedade se organizar de uma maneira democrática, com equidade e justiça social, sem que haja a prevalência do público sobre o privado. A ideologia liberal, parte da noção de que, deixado a seu livre curso, o jogo dos interesses privados leva ao máximo de bem-estar social e de liberdade individual.

Por isso, o liberalismo, em todas as suas versões, das mais sofisticadas às mais rústicas, é sempre submetido a um certo fascínio fetichista pelo mercado.

Se o “socialismo real” fracassou em sua proposta de combinar justiça social com liberdade, também é certo que o mercado fracassou em sua tentativa de obter o máximo de bem-estar através da livre competição.

Se nós, socialistas, somos hoje obrigados a fazer duras autocríticas, também os liberais deveriam fazê-las, e com maior razão.

É preciso insistir no seguinte: o socialismo que propomos hoje difere do “melhor” capitalismo, porque visa construir uma ordem social onde a acumulação e o investimento devem estar submetidos democraticamente ao interesse público.

É preciso insistir no seguinte: o socialismo que propomos hoje difere do “melhor” capitalismo, porque visa construir uma ordem social onde a acumulação e o investimento devem estar submetidos democraticamente ao interesse público.

NR — *O “mercado” não é, então, um valor universal?*

CNC — Não, ele não é um valor universal, no sentido em que a democracia o é.

Sabemos que boa parte dos teóricos liberais de hoje fazem uma identificação, ao meu ver incorreta, entre democracia e mercado. Assim, só haveria democracia onde há mercado; o mercado seria a condição de existência da democracia. Isto não é verdade sob nenhum ponto de vista. O que existe, de fato, é uma relação estreita entre liberalismo e mercado; democracia e liberalismo, porém, não são sinônimos.

Se recordarmos o mais expressivo pensador liberal, John Locke, veremos que ele concebe o Estado como guardião da propriedade. A condição de garantia da propriedade seria a existência de um mercado livre, e de um Estado “mínimo” — pouco interventor —, permitindo a livre expansão dos negócios privados. A identificação entre liberdade e propriedade, que caracteriza boa parte do liberalismo, fez com que se criasse uma afinidade não-eletiva forte entre liberalismo e mercado. Mas, essa afinidade não existe quando se fala de democracia e mercado.

Um dos mais importantes teóricos da democracia moderna, Rousseau, não simpatizava com a propriedade privada. Rousseau perguntava: “de onde surgiu a desigualdade entre os homens”? E respondia: “do fato de que existe propriedade privada”. Para ele, não pode haver vontade geral, que é condição de democracia, se não houver uma distribuição equânime da propriedade. Para ele, a democracia exige uma restrição do mercado, exatamente o inverso do que afirma o liberalismo.

No entanto, é também um erro identificar o mercado com o capitalismo. É comum entre os marxistas, e até mesmo em Marx, supor que a superação do capitalismo implica a superação do mercado. Ora, o mercado existiu antes do capitalismo: há mercado no escravismo, no feudalismo, e tudo indica que dever haver interações mercantis também no socialismo.

O que distingue o capitalismo é o fato de que, nele, o mercado se tornou a interação amplamente predominante. Enquanto o mercado se tornou a interação amplamente predominante. Enquanto o mercado era apenas uma das formas de interação social em outras formações sociais, ele se tornou no capitalismo o instrumento básico da interação, generalizando as desigualdades que conhecemos.

O mercado não é um valor universal, na medida em que deve ser submetido a outros valores maiores, como o interesse público, a igualdade, o bem-estar social, etc.; mas o mercado é algo que atravessou a história da humanidade. O socialismo moderno, portanto, deve conviver com elementos de mercado. Uma das causas da crise do “socialismo

real" foi a tentativa de expurgar o mercado administrativamente, de modo coercitivo, o que gerou problemas sérios no funcionamento da economia, inclusive com o surgimento de um "mercado negro", ou seja: a presença da interação mercantil realizada fora da lei.

Um dos grandes desafios dos socialistas hoje, é, exatamente, o de compatibilizar o interesse público com a existência de setores mercantis na economia.

NR — *Adam Schaff, no entanto, argumenta que o conceito de capitalismo não dá mais conta de explicar a diversidade entre países como Brasil, Suécia e EUA. Como podemos nos posicionar diante do capital atualmente?*

CNC — Não conheço o texto de Schaff, mas essa colocação me parece interessante. Lênin dizia que a alma do marxismo é a "análise concreta de situações concretas", o que indica a necessidade de análise diferenciadas.

É óbvio que o capitalismo brasileiro não é igual, por exemplo, ao capitalismo sueco. Se quisermos trabalhar num nível muito elevado de abstração, podemos identificar uma essência do modo de produção capitalista que se manifesta tanto no Brasil como na Suécia, embora, descendo ao nível do concreto, seja forçoso admitir que a construção histórica deles foi extremamente distinta.

Suécia e Brasil são, decerto, dois casos extremos. Deveríamos então, perguntar: o que, efetivamente, diferencia um capitalismo do outro? Do meu ponto de vista, creio que é o fato de que a classe operária sueca se organizou e travou uma dura luta de classe através das instituições, consolidando a democracia e obtendo conquistas substantivas no interior do capitalismo. A lógica de funcionamento da acumulação capitalista na Suécia é outra, diferente da que prevalece no Brasil, já que é condicionada pela presença de um movimento operário organizado no coração da sociedade e também dentro do Estado. No Brasil, por conta da excludência, falta uma participação maior da classe operária na sociedade civil: aqui não foi possível construir ainda uma sistemática e efetiva participação dos trabalhadores nos processos de regulação da vida social.

Com certeza, podemos dizer que a classe operária sueca, em função disto, vive melhor que a classe operária brasileira. O que não anula o fato de ambas manifestarem fenômenos comuns (alienação, apatia, etc.), típicos do regime capitalista, e de, por isso, terem interesse em superá-lo.

A definição de um país como capitalista é um procedimento básico; porém, muitas outras determinações precisam ser investigadas para se chegar a uma compreensão global. É necessário dizer de que modo um país é capitalista, em que condições históricas, com quais tradições, e, sobretudo, como se opera nele a luta de classe, com todas as suas particularidades.

NR — *O socialismo era tido como um processo irreversível, mas agora se avizinha em alguns países do Leste europeu a possibilidade de uma restauração capitalista no bojo das reformas. O que de fato ocorre?*

CNC — Não excluo a possibilidade de que, em alguns países do Leste europeu, tenha lugar um retorno ao predomínio das leis de mercado na estruturação social e, portanto, a reconstrução do modo de produção capitalista.

As revoluções burguesas também conheceram momentos de restauração. Por exemplo, a França conheceu, depois

Com certeza, podemos dizer que a classe operária sueca, em função disto, vive melhor que a classe operária brasileira. O que não anula o fato de ambas manifestarem fenômenos comuns (alienação, apatia, etc.), típicos do regime capitalista, e de, por isso, terem interesse em superá-lo.

da Revolução de 1789, a restauração dos Bourbons, que, no entanto, não significou a restauração do "Ancien Régime" dada a dinâmica econômica que não comportava retrocessos. O fato de se ter penetrado num modo de produção mais avançado, não que dizer que ele esteja imune de retrocessos conjunturais.

Recentemente, numa mesa redonda do PT da qual participei, um companheiro expressou sua preocupação com a possibilidade da restauração na Polônia. Eu lhe indaguei, se nós poderíamos realmente caracterizar este país como socialista. Se na Polónia se instaurasse um regime democrático com predominância do mercado, será que estaríamos, do ponto de vista da evolução da humanidade, retornando a um patamar já superado, ou, ao contrário, estaríamos dando um passo adiante, atingindo um patamar jamais alcançado por este país?

Seja como for, é difícil imaginar que países que conheceram formas sociais de propriedade, ainda que sob a modalidade burocrático-estatal, durante tantos anos, simplesmente restaurem a livre concorrência. Minha impressão, é que se constituirão nesses países formas de economia mista, que serão tanto mais tendentes ao verdadeiro socialismo quanto mais houver neles uma efetiva participação democrática no controle dos mecanismos de poder.

Essa situação, digamos, ambígua me parece ser a marca de uma época histórica de disputa política, cultural e econômica entre dois sistemas, que deverá ter longa duração, mas que aponta para a transição do capitalismo para o socialismo. A transição do feudalismo para o capitalismo demorou dois séculos, com avanços e recuos, e nada faz crer que a transição para o socialismo seja diferente. O avanço deve ser buscado, hoje, na progressiva socialização do poder — na democratização —, mais do que na economia.

NR — *Circulam propostas, hoje, no PCB, que falam da conquista de um "capitalismo com justiça social", onde a classe operária tenha uma "parceria conflitiva com o capital". Isto significa um recuo ou um avanço do ponto de vista da elaboração teórica do marxismo?*

CNC — Como já tive a oportunidade de comentar, os capitalismo não são iguais. Há capitalismo "melhores" e "piores", e cabe lembrar que se um capitalismo apresenta melhor distribuição de renda, maior grau de justiça social, isso não é fruto de uma classe burguesa benévola, mas produto de uma árdua luta das classes trabalhadoras.

No Brasil, é possível conceber abstratamente a possibilidade de tal progresso no seio do capitalismo. Mas, me

estranharia muito que este fosse o objetivo de um partido de esquerda. Não cabe a um partido de esquerda a tarefa de construir um capitalismo com maior justiça social; cabe-lhe, isto sim, batalhar pela conquista de reformas profundas, com transformações na lógica da acumulação e com ampliação dos direitos sociais. Este é o caminho para a transição ao socialismo, que sem negar as conquistas obtidas no interior do capitalismo não se detém nelas.

NR — *O que é ser revolucionário no final do século XX?*

Revolução significa a transformação radical da ordem social, do modo de produção, da cultura, etc. Este é um conceito que está em Marx e, certamente, deve ser preservado pelos marxistas modernos. Quando alguém hoje se diz revolucionário é porque pretende transformar o capitalismo e construir uma ordem socialista. Mas, é necessário perguntar de que modo isto ocorre atualmente.

Na época de Marx, particularmente por ocasião da redação do *Manifesto Comunista*, em 1848, havia uma escassíssima socialização da política. O número de pessoas que participava da política era muito reduzido. Portanto, a idéia de revolução estava associada como já dissemos, a uma explosão ligada à quebra do aparelho de Estado. Este modelo, que serviu de inspiração para os países do “elo fraco” (Rússia, China, Cuba, etc.), não se aplica mais aos países com relativo grau de desenvolvimento.

Gramsci, foi o primeiro pensador marxista a se dar conta disto, e a perceber que haviam surgido condições para a luta política, diversas das que existiam na época de Marx e Engels, ou no contexto geográfico da ação de Lênin. Ele percebeu a emergência, nos países “ocidentais”, de uma sociedade civil complexa, com inúmeros atores sociais, com enorme diversidade de interesses. Em tais países, o conceito de revolução passou a implicar a idéia de reforma.

Os marxistas costumam supor uma antinomia entre reforma e revolução. Há um belo livro de Rosa Luxemburg, que se intitula, precisamente, *Reforma social ou Revolução?*. Essa dicotomia tem de ser superada, sobretudo nessas sociedades complexas, onde a luta de classe não assume mais a forma de uma guerra civil, mas se trava no interior dos mecanismos de Estado.

Tenho usado um termo que me parece pertinente, o de “reformismo revolucionário”, para designar o moderno conceito de revolução socialista. Não devemos ser meramente reformistas, no sentido de apenas melhorar o capitalismo, mas de superá-lo, de conquistar uma nova ordem social. Por isso somos revolucionários, no profundo sentido marxiano do termo.

Em função disto, devemos reavaliar a tradicional divisão do movimento operário socialista entre uma corrente social-democrata (reformista) e uma corrente comunista (revolucionária). Hoje, distantes da dramática luta de 1917, podemos dizer que esta divisão provocou também muitas consequências negativas.

Se observarmos a trajetória da social-democracia, desde então, não poderemos dizer que se tratou simplesmente de uma traição à vocação revolucionária da classe operária; temos que lembrar que ela apoiou e continua a apoiar a social-democracia em praticamente todos países europeus. Podemos hoje dizer, com tranqüilidade, que conquistas fun-

Não cabe a um partido de esquerda a tarefa de construir um capitalismo com maior justiça social; cabe-lhe, isto sim, batalhar pela conquista de reformas profundas, com transformações na lógica da acumulação e com ampliação dos direitos sociais. Este é o caminho para a transição ao socialismo, que sem negar as conquistas obtidas no interior do capitalismo não se detém nelas.

damentais foram obtidas em países onde a social-democracia adquiriu peso e influência no Estado.

NR — *Isto implica uma autocritica diante da postura leninista?*

CNC — Creio que sim. O próprio Lênin começou a fazer esta autocritica quando disse, em 1921, ser necessário fazer uma frente única com os social-democratas, porque eles provaram ser majoritários na classe operária. Ele disse a Serrati — dirigente do PSI que queria entrar na Internacional Comunista —: “você primeiro rompe com os reformistas, depois faz alianças com eles”.

Lênin julgou, em 1917, que era preciso distinguir organizativamente, no interior do movimento socialista, uma corrente mais à esquerda de uma corrente mais moderada. No entanto, penso que Lênin morreu consciente de que aquela divisão radical que ele havia imposto ao movimento operário mundial, deveria ser revista.

É necessário também uma autocritica sobre o modo pelo qual foi constituída a IC. Em dado momento, criou-se alguma coisa que se considerava o “partido da revolução mundial”, que tinha regras rígidas e idênticas para os partidos de todos os países do mundo. Em qualquer canto onde houvesse um partido socialista, era preciso promover uma cisão do grupo que se indentificava com os bolcheviques. Em muitos casos este foi um erro político grave. No PCI, isto é hoje debatido em profundidade porque lá a divisão enfraqueceu o movimento operário e foi um dos fatores que levou o fascismo ao poder.

Porém, os comunistas não foram os únicos culpados por estes erros. A social-democracia apoiou a guerra, traindo os valores internacionalistas do movimento dos trabalhadores, e ao optar, corretamente, por uma política de reformas, terminou por deixar de lado, incorretamente, a luta efetiva pela superação do capitalismo.

NR — *Então a síntese/superação que o conceito de “reformismo revolucionário” implica pressupõe uma autocritica de ambas as partes?*

CNC — Certamente. A social-democracia está hoje em crise. O Welfare-State, seu grande produto, não cumpriu plenamente o que propôs, e não cumpriu porque a lógica das reformas se deteve diante da permanência do capitalismo. Este é o limite histórico da social-democracia. Seu “erro” não foi assumir, ao meu ver, corajosamente, a tarefa de fazer reformas no interior do capitalismo, mas o de não

ter imprimido-lhes uma dinâmica que levasse à superação daquela ordem. Quando chegou o momento de ser conseqüente com sua perspectiva reformista, ela recuou, abandonando a idéia — comum a Kautsky e aos austromarxista — de que é impossível operar reformas substantivas na ordem capitalista sem que esta ordem termine por ser superada.

Por outro lado, a recusa dos PCs, pelo menos até 1935, de lutar por reformas foi um fator decisivo do seu insucesso na Europa Ocidental. Eles ficaram esperando uma impossível hora “H” e perderam a capacidade de conquistar a hegemonia sobre a classe operária, embora tenham o mérito de ter mantido viva a idéia da revolução. Para nós, neste momento, se coloca a construção da “terceira fase” do movimento socialista; que seja pós-social-democrata e pós-bolchevique, mas que recolha o melhor das duas tradições.

NR — *Você é a favor da mudança de nome do PCI?*

CNC — Tenho pelo PCI uma enorme admiração. Ele foi um dos partidos do movimento operário e socialista que mais esforço fez para entender o mundo moderno. Isto vem desde Gramsci, quando um formidável volume de reflexão teórica o colocou na vanguarda da renovação. O PCI foi uma resposta marxista ao desafio da renovação do socialismo.

Apesar disto, ele vem vivendo uma crise de identidade. Se fosse membro do PCI, teria muita dificuldade em aceitar esta mudança de nome, pois ele não foi conivente com o stalinismo e nem com o período de estagnação; ao contrário, denunciou-os insistentemente. Por que, então, envolver-se neste processo doloroso de mudança de nome que está ocorrendo nos países do Leste europeu?

Independentemente desta questão, o importante é que o PCI, ou seu eventual herdeiro, continue sendo um ponto de referência para os socialistas do mundo inteiro.

NR — *Fidel Castro, Li Peng, Álvaro Cunhal e George Marchais, parecem dispostos a ignorar as mudanças radicais que se operam no socialismo e nos PCs. Que juízo você faria deles?*

CNC — A prática tem demonstrado que todos os PCs que vêm resistindo aos ventos da renovação têm se saído mal. O PCF é um exemplo disto; é um partido em franco declínio na vida política francesa. Nos países que insistiram em não se renovar, os dirigentes tiveram um destino trágico, como é o caso de Ceausescu, na Romênia.

Faço votos para que estes partidos e esses governos, que têm tradição de luta ao lado das causas populares, coloquem-se no caminho das transformações. Quem não se renovar vai ser varrido da história. O socialismo superou um certo estágio da sua história, e é lamentável que isto não tenha sido percebido pelas lideranças desses partidos e governos. É lamentável que permaneçam aferrados a posturas e a valores anacrônicos.

NR — *Foi dolorosa sua mudança do PCB para o PT?*

CNC — Não, pois penso que se tratou de uma evolução.

A social-democracia apoiou a guerra, traíndo os valores internacionalistas do movimento dos trabalhadores, e ao optar, corretamente, por uma política de reformas, terminou por deixar de lado, incorretamente, a luta efetiva pela superação do capitalismo.

Quando saí do PCB, em 1982, fui motivado, em grande parte, pela paralisia de sua capacidade de reflexão crítica sobre o “socialismo real”, e pela resistência de sua direção em assumir a democracia como um valor universal. O evento, para mim decisivo, que interrompeu uma militância de 22 anos, foi o apoio do PCB ao golpe militar na Polônia, na perspectiva de que aquilo era mais uma vitória do socialismo.

De 1982 até 1989, me situei numa posição independente, sem filiação partidária, embora tivesse tido alguma aproximação com o PMDB, o que era, curiosamente, um modo de fazer a política do PCB fora do PCB.

Meu ingresso no PT, em 1989, depois de um namoro de dois a três anos, não significou uma ruptura com minha militância comunista, pois considero o PT o herdeiro daquilo que o PCB tem de melhor em sua história. O PT retira sua força da relação com os trabalhadores, particularmente com o movimento operário. Além disto, é um partido que defende claramente o socialismo.

Por outro lado, o PT tem novidades que superam a crise em que se envolveram os PCs. O PT talvez seja no mundo, o primeiro partido socialista de massas que prospera em meio à crise do “socialismo real”. Não conheço nenhum outro exemplo de partido socialista que esteja crescendo em situação tão difícil. Esse crescimento resulta, em grande parte, do fato do PT ter assumido o que Gramsci chamou de “espírito de cisão” e ter rompido com o equivocado frentismo que marcou os últimos anos do PCB.

Meu ingresso no PT, é resultado da compreensão de que aceitar a democracia como valor universal não obriga ninguém a apoiar o Quêrcia de plantão, mas, antes, um estímulo para se continuar lutando pelo socialismo, pela revolução.

Esse ingresso significou, ao mesmo tempo, o resgate da minha identidade comunista e uma necessária adequação às perspectivas mais atuais de luta pelo socialismo e pela democracia. O PT aponta para o futuro, para o tipo de organização partidária socialista que deverá superar a alternativa entre social-democracia e “marxismo-leninismo”. Tenho esperança de reencontrar no PT os meus ex-companheiros do PCB que estão hoje lutando por um socialismo renovado.